

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ROSIMEIRE APARECIDA ALEXANDRE MARQUES**

**TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
DE AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO)**

**São Bento do Sul/SC
2016**

ROSIMEIRE APARECIDA ALEXANDRE MARQUES

**TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
DE AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Especialização em Educação na Cultura Digital da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sílvia Carla Conceição Massagli.

**São Bento do Sul/SC
2016**

ROSIMEIRE APARECIDA ALEXANDRE MARQUES

**TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
NAS SALAS DE AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO)**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado(a) adequado(a) para obtenção do Título de “Especialista”, e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação Latu Senso em Educação na Cultura Digital da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 03 de agosto de 2016.

Prof^o. Dr^o. Henrique Cesar da Silva
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Silvia Carla Conceição Massagli
Orientadora
Doutorado em Educação - USP

Profa. Ms. Maria Aparecida Clemêncio
Mestrado em Educação – UFSC

Profa. Ms. Silvana Leonora Lehmkuhl
Mestrado em Educação - UNIVALI

Profa. Ms. Vanice Pizzolotto Vitali
Mestrado em Educação - UDESC

Este trabalho é dedicado à minha família e a minha orientadora, que sempre se mostrou muito prestativa e disposta Dr^a Silvia Carla Conceição Massagli.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, minha família e meus professores.

RESUMO

O presente trabalho tem como temática central a questão das Tecnologias Assistivas na Sala de Recursos Multifuncionais na Educação Inclusiva e resulta de pesquisa realizada em uma escola pública na cidade de São Bento do Sul- SC, EBM “Presidente Castelo Branco”. O objetivo foi verificar quais são as estratégias que vem sendo utilizadas na sala de recursos multifuncionais quanto às tecnologias assistivas na educação inclusiva. A inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Cabe ressaltar que o município de São Bento do Sul tem em quase todas as suas unidades escolares ambientes inclusivos com docentes especializados em Atendimento Educacional e possui as salas de recursos multifuncionais. Como estas salas estão sendo utilizadas pelos docentes e alunos no Ensino Fundamental (anos iniciais)? Qual é a visão dos pais quanto ao AEE e as TA disponíveis para a Escola do filho? O referencial teórico deste estudo procura embasar o conceito de tecnologias assistivas e sua utilização nas chamadas salas de recursos multifuncionais, além de situar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na perspectiva da educação inclusiva. Trata-se de uma pesquisa de campo, de natureza quali-quantitativa e desenvolvida por meio de um estudo de caso. Foi aplicado um questionário com os pais e docentes e realizado uma entrevista com a diretora da escola. Como resultados podemos observar que alguns pais se preocupam com as atividades pedagógicas que seus filhos participam nas unidades escolares, valorizam a mediação dos docentes para que os alunos possam e tenham a capacidade de usufruir dos recursos tecnológicos disponíveis na escola, investem em tecnologias em suas residências, alguns pais fazem questão de acompanhar seus filhos e verificam que após as aulas seus filhos sentem-se realizados. Com relação aos docentes concluímos que normalmente os alunos na inclusão são inseridos dentro das salas de aula e tanto professor quanto aluno se sentem aprisionados, saindo ambos prejudicados com a insegurança. A diretora da unidade defende a transformação da escola, da sociedade e a inserção dos alunos no contexto da tecnologia assistiva.

Palavras-chave: Tecnologias Assistivas. Sala de Recursos Multifuncionais. Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percepção dos pais sobre a melhora da aprendizagem dos filhos a partir do uso da sala de recurso	22
Gráfico 2: Contato dos filhos com a tecnologia fora da escola na visão dos pais	23
Gráfico 3: Tecnologias utilizadas pelos filhos fora da escola do ponto de vista dos pais.....	24
Gráfico 4: Demonstração de satisfação dos filhos quando eles utilizam a sala de recursos sob olhar dos pais.....	25
Gráfico 5: Visão dos pais com relação a adequada formação dos professores para o atendimento dos seus filhos da sala de recursos	26
Gráfico 6: Conhecimento dos pais da sala de recursos multifuncionais que o seu filho faz uso	27
Gráfico 7: Visão dos docentes sobre a sua compreensão quanto a questão da inclusão no ambiente escolar	28
Gráfico 8: Participação dos docentes em cursos de formação continuada sobre a temática da inclusão.....	29
Gráfico 9: Domínio do docente quanto a utilização das TA.....	30
Gráfico 10: Aptidão do docente quanto a sentir-se preparado para trabalhar com TA no atendimento especializado com crianças	31
Gráfico 11: Desejo dos docentes em trabalhar com crianças com necessidades especiais	32
Gráfico 12: A opinião dos docentes quanto ter na escola uma sala de recursos multifuncionais com TA para o atendimento especializado das crianças	33

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Entrevista sistematizada com a diretora da escola sobre inclusão, sala de recursos multifuncionais com TA e AEE.....	34
Figura 2: Alunos utilizando a sala de recursos	35
Figura 3: Aluno utilizando o computador na sala do AEE	35
Figura 4: Atividade desenvolvida.....	35
Figura 5: Utilizando sites educacionais de alfabetização.....	36
Figura 6: Mesa interativa da sala de recursos	36

LISTA DE SIGLAS

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

TA – Sigla de Tecnologia Assistiva

AEE - Atendimento Educacional Especializado

LDB – Lei de Diretrizes e Base

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 As tecnologias assistivas e sua utilização nas salas de recursos multifuncionais	14
2.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE) na perspectiva da educação inclusiva	16
3 METODOLOGIA	21
4 DISCUSSÃO E RESULTADOS	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXO 1: Cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	41
APÊNDICE 1 – Questionário pais	42
APÊNDICE 2 – Questionário docentes	45
APÊNDICE 3 – Roteiro de entrevista com a diretora	49

1 INTRODUÇÃO

O município de São Bento do Sul tem em quase todas as suas unidades escolares ambientes inclusivos, sendo professores especializados em AEE e salas com recursos multifuncionais, atende crianças com déficit de aprendizagem e qualquer outro tipo de deficiência, além do professor em alguns casos há também nas salas de ensino regular atendentes que auxiliam esses alunos nas atividades da sala. Cabe ao professor da sala o ensino das áreas do conhecimento e ao atendente e professores do AEE complementar/suplementar a formação do aluno com conhecimento e recursos específicos que eliminam as barreiras as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns.

O tema deste trabalho refere-se as Tecnologias Assistivas na Sala de Recursos Multifuncionais na Educação Inclusiva. Fundamenta-se no entendimento de que a escola é o espaço que deve oferecer maiores condições para a inclusão e a prática da democracia com as crianças, adolescentes e jovens. É neste ambiente que as opiniões, sentimentos e expressões devem ser respeitados, onde se encontra um dos maiores, senão o maior problema dos professores, a inclusão. A autora deste trabalho atuou como professora de oficina de informática em várias unidades escolares da rede municipal de ensino, incluindo a unidade estudada EBM “Presidente Castelo Branco”, por doze anos consecutivos, no decorrer desse período além de professora, em momentos que não havia turma no laboratório de informática das oficinas, a professora auxiliava outros professores inclusive a professora da Sala do AEE, motivo este que possibilita que esse assunto seja abordado com facilidade.

A EBM “Presidente Castelo Branco”, localiza-se na Rua Augusto Klimmek, 979, Centro de São Bento do Sul – Planalto Norte do Estado Santa Catarina. No ano de 2002, a Pré Escola Turma da Mônica, agregou-se à Escola Básica Municipal Presidente Castelo Branco, que passou a atender alunos de Educação infantil a 8ª série (9º ano). Em 2010, a escola passou a contar também com uma turma de período integral, atendendo crianças de quatro e cinco anos de idade.

Enquanto docente dessa unidade escolar a autora percebe em suas práticas diárias professores comprometidos com suas crianças, buscando

constantes formas de tornar a aprendizagem algo mais prazeroso e interessante. Nesta observação acrescenta que os professores são dedicados e que buscam incansavelmente formas e maneiras de cativar seus alunos.

Além do fator inclusão o grande desafio dos educadores na atualidade passou a ser a permanência das crianças na escola de modo eficiente, onde se possa estimular o conhecimento e as experiências intelectuais e pessoais de forma a assegurar um mínimo de quatro horas de efetivo estudo, lazer e conhecimento, o que sabiamente, não se consegue apenas com a qualidade do ensino ofertado, mas acima de tudo com carinho, amor, respeito e acolhimento por parte do grupo de profissionais que atuam na escola.

Inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos grave, no ensino nada mais é do que garantir o direito de todos à educação. Partindo dessas considerações temos como um horizonte a ser alcançado à luta para que as escolas se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos especiais e suas modalidades de exclusão, implantação e efetivação de uso das salas do AEE, que vem de encontro com as novas metodologias de ensino, onde devemos usar as TDICs, oferecer espaços com condições para entendimento e a prática da democracia à crianças, adolescentes e jovens. Portanto questionamos: Como estas salas estão sendo utilizadas no Ensino Fundamental?

Aluno na inclusão aos olhos de muitos profissionais da educação é aquele que tem déficit de toda ordem, permanente ou temporário, mais graves ou menos grave, é aquele aluno que não corresponde aos moldes já estabelecidos pelos profissionais da educação, é o aluno que foge ao padrão habitual. Partindo da hipótese que as salas de Atendimento Educacional Especializado tem professores capacitados que dão suporte e atendimento para esses alunos, estas salas recebem a nomenclatura AEE, outros professores da unidade de modo geral não estão preparados, ainda não temos o professor apto a receber alunos especiais.

Enfim, temos como objetivo geral deste trabalho verificar quais são as estratégias que vem sendo utilizadas pelos docentes com os alunos na sala de recursos multifuncionais quanto às tecnologias assistivas na educação inclusiva. Sendo os objetivos específicos examinar como se dá a relação e o efetivo uso pelos docentes das salas de recursos multifuncionais do AEE, verificando como os

pais observam seus filhos após a efetiva utilização da sala de recursos multifuncionais do AEE, bem como avaliar qual a percepção dos docentes em relação ao conceito de educação inclusiva e de tecnologias assistivas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho procura embasar o conceito de tecnologias assistivas e sua utilização nas chamadas salas de recursos multifuncionais, além de situar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na perspectiva da educação inclusiva.

2.1 As tecnologias assistivas e sua utilização nas salas de recursos multifuncionais

As tecnologias assistivas diz respeito ao conjunto de hardware e software especialmente idealizado para tornar o computador acessível a pessoas com deficiências visuais e auditivas, incluindo as cognitivas e motoras. Compreende dispositivos de entrada como mouses, teclados e acionadores diferenciados, e também dispositivos de saída como sons, imagens e informações.

De acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas e Tecnologia da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conceitua:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CORDE, 2009, p. 9).

São exemplos de TA¹ de dispositivos de entrada os teclados modificados, os teclados virtuais com varredura, mouses especiais e acionadores diversos, software de reconhecimento de voz, dispositivos apontadores que valorizam movimento de cabeça, movimento de olhos, ondas cerebrais (pensamento), órteses² e ponteiras para digitação, entre outros.

¹ TA – Sigla de Tecnologia Assistiva. A partir desta passagem do texto, utilizaremos somente a sigla TA para nos referirmos à Tecnologia Assistiva.

² De acordo com o dicionário informl uma **órtese**, conforme definição ISO, é um apoio ou dispositivo externo aplicado ao corpo para modificar os aspectos funcionais ou estruturais do sistema neuromusculoesquelético para obtenção de alguma vantagem mecânica ou ortopédica. Ex. Palmilha ortopédica, tutores, joelheiras, coletes, munhequeiras entre outros. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/%C3%B3rtese/>, acesso em 05/05/2016.

No que se refere aos dispositivos TA de saída podemos citar softwares leitores de tela, software para ajustes de cores e tamanhos das informações (efeito lupa), os softwares leitores de texto impresso (OCR), impressoras braile e linha braile, impressão em relevo, entre outros.

A TA deve ser entendida como o “recurso do usuário” e não como “recurso do profissional”. Isto se justifica pelo fato de que ela serve à pessoa com deficiência que necessita desempenhar funções do cotidiano de forma independente. Por exemplo: a bengala é da pessoa cega ou daquela que precisa de um apoio para a locomoção; a cadeira de rodas é de quem possui uma deficiência física e com este recurso chega aos lugares que necessita.

As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado que tem como objetivos:

Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem. Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino. O conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos que caracterizam o Atendimento Educacional Especializado são organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. A produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluem livros didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo escolar³.

A TA é um recurso ou uma estratégia utilizada para ampliar ou possibilitar a execução de uma atividade necessária e pretendida por uma pessoa com deficiência. Na perspectiva da educação inclusiva, a tecnologia assistiva é voltada a favorecer a participação do aluno com deficiência nas diversas atividades do cotidiano escolar, vinculadas aos objetivos educacionais comuns. O Comitê de Ajudas Técnicas e Tecnologia da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2009) apresenta como exemplos de TA na escola os materiais escolares e pedagógicos acessíveis, a comunicação alternativa, os recursos de acessibilidade ao computador, os recursos para

³ Disponível em <http://zip.net/bbtn4k>.

mobilidade, localização, a sinalização, o mobiliário que atenda às necessidades posturais, entre outros.

2.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE) na perspectiva da educação inclusiva

Os alunos com necessidades especiais precisam necessariamente de metodologias e recursos específicos (VYGOTSKI, 1997, apud BEZERRA; ARAÚJO, 2011, p. 287), pois, do contrário, torna-se bastante difícil permitir-lhes, pelo menos em parte, a “apropriação” do saber elaborado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº.9.394/96), e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE / CEB, 2001) -, tornaram obrigatória a matrícula de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino, mas, o que se percebe, é que muito ainda falta para que a política de inclusão realmente seja efetivada no cotidiano das escolas, pois os professores além de não terem, conhecimento na sua maioria do que venha a ser Atendimento Educacional Especializado, não dispõe de salas de recursos multifuncionais, mas as desconhecem e a elas não têm acesso, muito menos seus alunos.

É necessário que os professores considerem a inclusão como uma parte natural e corriqueira da educação, para que estes alunos tenham os mesmos acessos e oportunidades que os não portadores de necessidades. Portadores de problemas mentais são em geral muito dispersos. A melhor maneira de conseguir sua atenção e por mais tempo é aplicar atividades dinâmicas.

Quando conversamos com professores, é comum ouvir que se sentem angustiados, sobretudo, quando recebem um aluno que, supostamente, não consegue aprender, ou tem uma dificuldade de comportamento com a qual ele não consegue lidar.

A partir dessa angústia e dessa dificuldade aponta-se para uma das inovações trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é o Atendimento Educacional Especializado – AEE⁴. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando sua autonomia na escola e fora dela, construindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. São

⁴ A partir desta passagem do texto utilizaremos somente a sigla AEE para nos referirmos ao Atendimento Educacional Especializado.

atendidos, nas Salas de Recursos Multifuncionais, alunos público-alvo da educação especial, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008.

A matrícula no AEE é condicionada com a matrícula no ensino regular. Esse atendimento pode, também, ser oferecido em Centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou privada, sem fins lucrativos. Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares.

A educação inclusiva é exigente e implica em uma organização pedagógica que difere da que tradicionalmente existe em nossas escolas, assim como a Educação Especial, em sua nova interpretação, como modalidade de ensino. Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada.

Dessa forma o principal motivo do AEE ser realizado na própria escola do aluno está na possibilidade de que suas necessidades educacionais específicas possam ser atendidas e discutidas no dia a dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular e/ou na educação especial, aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) diz que pessoas com necessidades especiais devem ser mantidas na rede de ensino. Todo o ano aumenta o número de matrículas desses alunos, entretanto as melhorias de acesso físico, materiais e treinamento não acompanham o crescimento da procura. Na maioria dos casos os alunos são simplesmente matriculados e depois é que são verificadas quais as adaptações que são necessárias para ele, os professores recebem estes alunos sem estarem preparados.

A inclusão quando bem feito é um modo de melhorar as questões de igualdade e oportunidade, e também melhora o relacionamento entre o especial e o resto dos alunos. Futuramente teremos uma geração melhor adaptada para encarar as diferenças com naturalidade. Através dos bons exemplos há superação de fraquezas e melhoria no potencial. Igualdade nos relacionamentos permite que

todos tenham um bom desenvolvimento, e a sociedade toda ganha muito com isso. Apoiando este pensamento, temos:

A escola tem que ser o reflexo do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. (Nova Escola, 2005)

O Brasil de maneira geral possui uma legislação bem elaborada, mas não existe controle sobre a aplicabilidade destas leis, e a educação segue este mesmo exemplo. A LDB diz que portadores de necessidades especiais devem frequentar a escola pública mais perto de suas casas, em conjunto com o restante dos alunos, sem serem separados do resto da turma. Entretanto não capacitam os profissionais da educação de forma adequada, colocando aqui profissionais e não professores, pois a educação segue o mesmo ritmo do restante dos segmentos sociais e políticos de nosso país.

A seguir podemos verificar o que consta na Constituição Federal acerca da garantia de educação para todos, sem distinção:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.[...]
[...] Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:- educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Alterado pela EC-000.059-2009) dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezesete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, em seu título III, traz de forma específica, a garantia de educação aos alunos com necessidades especiais: “Do Direito à Educação e do Dever de Educar: III - Atendimento Educacional Especializado gratuito aos alunos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Temos ainda a lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, que em seu artigo 2º prevê:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, em seu artigo 5º, considera que educandos com necessidades educacionais especiais são os que, durante o processo educacional, apresentam:

I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências. II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (BRASIL, 2001).

Vale ressaltar também a edição do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, prevendo todas as garantias e suporte para que a inclusão escolar aconteça efetivamente em todos os segmentos da escolarização das pessoas com deficiência ou superdotados.

Ter conhecimento da legislação sem colocá-la em prática não resolve nada, é necessário cobrança para o incentivo das escolas para terem autonomia e participação de toda a sociedade para elaborarem seu Plano Político Pedagógico de acordo com a clientela, isto é conhecer quem são e a real situação social de todos os alunos e em especial ficar atento às crianças e jovens que não estão frequentando a escola.

Elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural em que se insere. A integração entre as áreas do conhecimento e a concepção transversal das novas propostas de organização curricular transforma as disciplinas acadêmicas em meios e não em fins da educação escolar. As propostas curriculares reconhecem e valoriza os alunos em suas peculiaridades étnicas, de gênero, cultura; partem de suas realidades de vida, de suas experiências, de seus saberes, fazeres e vão sendo tramadas em redes de conhecimento que superam a tão decantada sistematização do saber. (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004, p. 33).

A inclusão visa igualar as oportunidades para todos e que todas as pessoas desenvolvam autonomia e autodeterminação. É nossa obrigação dar meios para que esta inclusão seja real e não apenas uma bela teoria sem aplicação na prática diária.

Segundo Booth e Ainscow (2000) Todo o estudante tem direito à educação nas suas localidades, a diversidade não pode ser considerado um problema a resolver, mas, sim, uma riqueza para auxiliar na aprendizagem de todos, pois a educação inclusiva é um aspecto da sociedade inclusiva.

A educação inclusiva implica processos para aumentar a participação dos estudantes e a redução de sua exclusão cultural, curricular e comunitária nas escolas. E podem ser resumidas em reestruturar a cultura, as políticas, as práticas dos centros educacionais, para que possam atender à diversidade dos alunos e suas respectivas localidades.

3 METODOLOGIA

Optamos por fazer uma pesquisa qualitativa para um estudo de caso. A escola escolhida foi EBM “Presidente Castelo Branco”. A preferência por esta escola deu-se por ter disponível uma sala e um profissional disponível para atendimento na sala de AEE, e, por fim pela facilidade de acesso de informações por conhecimento dos alunos pela pesquisadora.

Trata-se de uma pesquisa de campo, de natureza quali-quantitativa e desenvolvida por meio de um estudo de caso.

Adotamos os subseqüentes procedimentos metodológicos:

Primeiro foi solicitado a diretora da escola uma autorização para a realização desta pesquisa através de um Termo de Esclarecimento Livre e Consentido⁵.

Num segundo momento construiu-se os instrumentos de coleta de informações. Um questionário para os alunos⁶ com perguntas abertas e fechadas. Outro questionário semelhante para os pais⁷ e por fim uma entrevista⁸ com a diretora da escola.

Após validação do questionário através de um pré-teste, a aplicação foi feita pelas seguintes etapas:

Etapa 1: Impressão e entrega dos questionários na unidade escolar, com prazo de uma semana para retorno, pois por ser final de semestre e por conta da escola ter em seu calendário escolar várias atividades extra classe, tornou-se bastante difícil estar cobrando dos docentes um retorno mais rápido, além do prazo estipulado, foi acrescentado mais 3 dias para entrega.

Etapa 2: Recebido os questionários, notou-se que: a proposta de estar solicitando a participação dos alunos usuários das salas de atendimento especializado bem como da professora da Sala do AEE, não foi possível, pois a mesma foi desligada de suas funções no decorrer da pesquisa de campo, não sendo possível sua participação bem como dos alunos atendidos.

A partir daí optou-se por termos como sujeitos os pais, os docentes da escola estudada, bem como a diretora da instituição.

⁵ No anexo 1 tem-se uma cópia do documento assinado pela diretora.

⁶ No apêndice 1 apresentamos uma cópia do questionário completo destinado aos alunos.

⁷ No apêndice 2 apresentamos uma cópia do questionário completo destinado aos pais.

⁸ No apêndice 3 apresentamos uma cópia do roteiro de entrevista com a diretora com a diretora.

Pelos problemas apresentados acima, o número de sujeitos desta pesquisa contemplaram um total de 9, a saber: 4 pais, 4 docentes e 1 diretora.

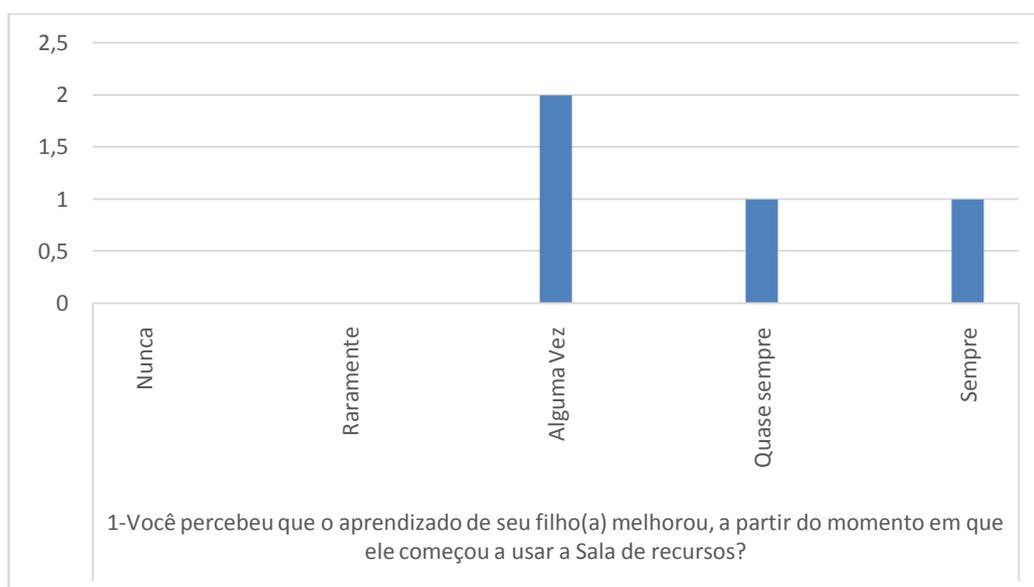
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados referentes aos pais, docentes e direção da instituição escolar em estudo serão apresentados em forma de gráficos. Como já foi mencionado no capítulo 3, foram pesquisados quatro pais, quatro docentes e a diretora da escola. Perfazendo um total de nove sujeitos. Os dados foram divididos em três blocos ou categorias: pais, docentes e direção.

O primeiro bloco de análise são referentes aos pais.

No gráfico 1 tem-se a percepção dos pais sobre a melhora da aprendizagem dos filhos a partir do uso da sala de recursos.

Gráfico 1: Percepção dos pais sobre a melhora da aprendizagem dos filhos a partir do uso da sala de recurso.

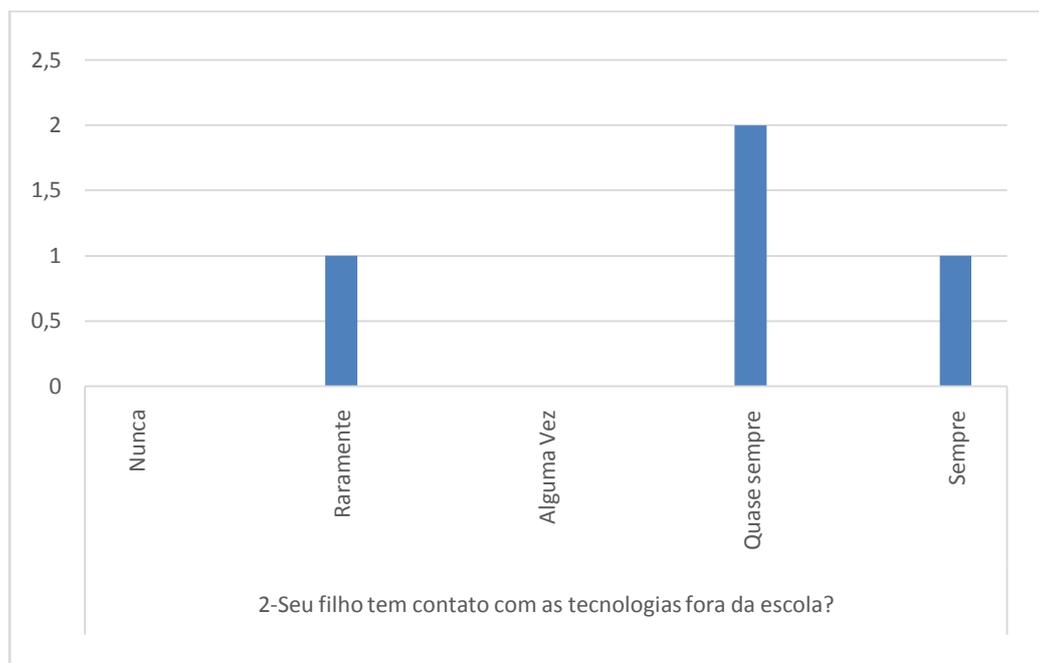


Fonte: Dados extraído do questionário

De acordo com o gráfico 1, pode-se observar que 2 pais diz observarem *alguma* melhora no aprendizado do seu filho, 1 pai diz que *quase sempre* observa melhora e 1 revela que *sempre* observou melhora no aprendizado do seu filho com o uso da sala de recursos.

Sabendo-se da importância para a aprendizagem das tecnologias dentro e fora da escola, no gráfico 2 serão apresentados os dados referentes ao contato dos filhos, na visão dos pais, sobre o uso das tecnologias fora da escola.

Gráfico 2: Contato dos filhos com a tecnologia fora da escola na visão dos pais.

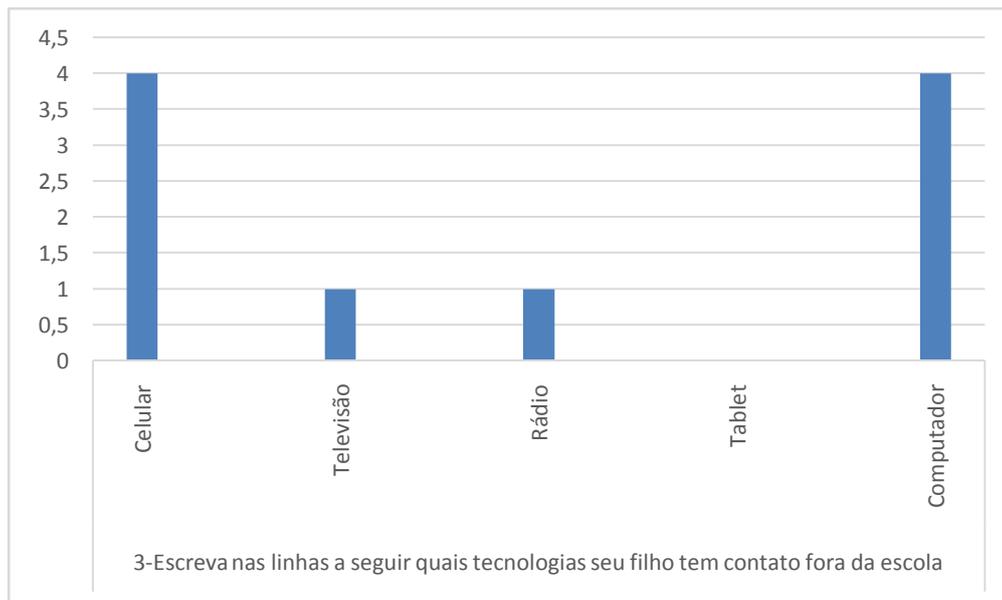


Fonte: Dados extraído do questionário

Segundo o gráfico 2 pais e responsáveis estão mediando a formação pedagógica de seus filhos, oferecendo recursos que o universo digital oferece, pois como vemos no gráfico acima, temos 2 pais que demonstram que *quase sempre* o filho tem contato fora da escola com as tecnologias, seguido de 1 pai que diz que *sempre* seu filho tem contato fora da escola com as tecnologias e apenas 1 pai que revela que *raramente* o seu filho faz uso das tecnologias fora da escola.

No Gráfico 3 apresenta-se quais são as tecnologias que os filhos tem acesso fora da escola do ponto de vista dos pais.

Gráfico 3: Tecnologias utilizadas pelos filhos fora da escola do ponto de vista dos pais.

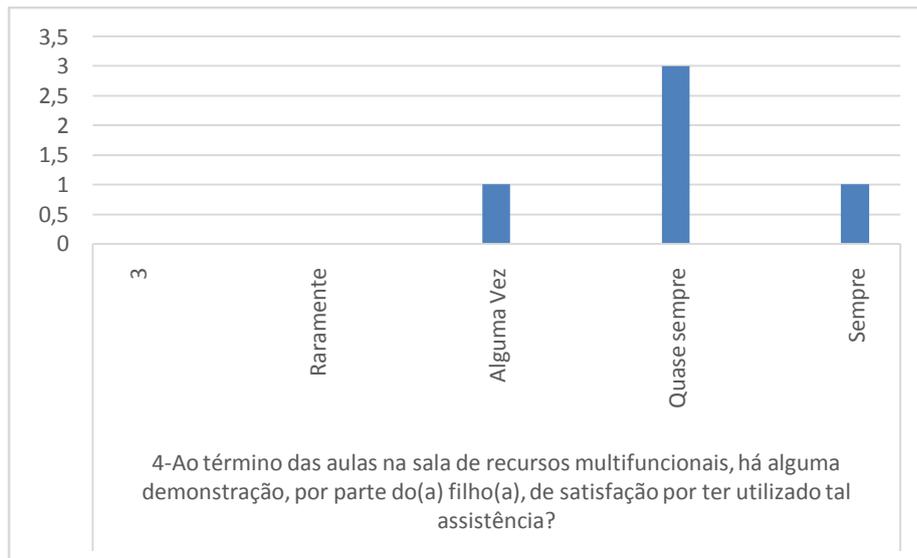


Fonte: Dados extraído do questionário

De acordo com o gráfico 3 nota-se que 4 pais oportunizam o uso do *celular* e do *computador* para que seus filhos vislumbrem o universo tecnológico, e 2 independente da tecnologia acham que o importante é criar oportunidade de comunicação usando *rádio* e *televisão* como facilitadores. O *tablet* não foi mencionado pelos pais.

O gráfico 4 traz a demonstração de satisfação dos filhos quando eles utilizam a sala de recursos sob o olhar dos pais.

Gráfico 4: Demonstração de satisfação dos filhos quando eles utilizam a sala de recursos sob olhar dos pais.

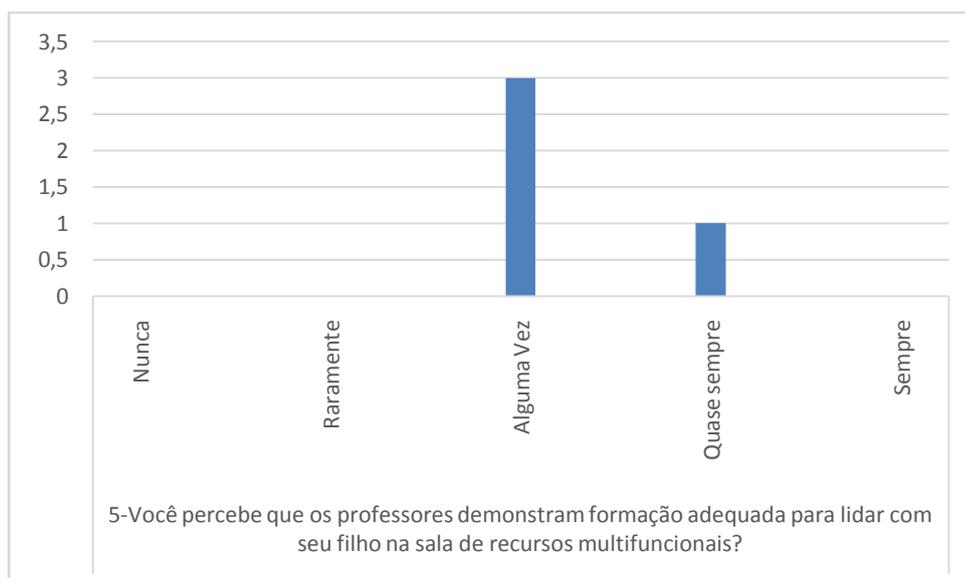


Fonte: Dados extraído do questionário

Ao analisar o gráfico 4, observa-se que 3 pais *quase sempre* notam que seus filhos demonstram satisfação por terem contato e disponibilidade de uso da tecnologia, 1 pai *alguma vez* observa e 1 pai *sempre* percebe que o uso da tecnologia facilita o entendimento, fornece conhecimento e complementa o aprendizado que tais recursos deixaram de ser visto como uma tecnologia usada somente fora da unidade escolar, ela torna-se um complemento eficaz e prazerosa à metodologia.

No gráfico 5 apresentamos a visão dos pais com relação à adequada formação dos professores para o atendimento dos seus filhos na sala de recursos.

Gráfico 5: Visão dos pais com relação a adequada formação dos professores para o atendimento dos seus filhos da sala de recursos.



Fonte: Dados extraído do questionário

Com base nos dados do gráfico 5, 3 pais demonstram que *alguma vez* os professores têm competência para uso das ferramentas de tecnologia assistiva, 1 pai conclui que o educador quase *sempre* cumpre seu papel de mestre e também de aprendiz, entende que os docentes sabem da importância dos dispositivos, porém necessitam de aperfeiçoamento. Percebe-se que os pais procuram acreditar e confiar na educação e aprendizagem de seus filhos, bem como em seus professores, pois o *nunca e raramente* não foram citados, salienta-se que o *sempre* também não foi, entende-se que acreditam, confiam, mas por falta de acompanhamento dos filhos, conforme avaliado gráfico 6, não estejam totalmente certos.

Gráfico 6: Conhecimento dos pais da sala de recursos multifuncionais que o seu filho faz uso.



Fonte: Dados extraído do questionário

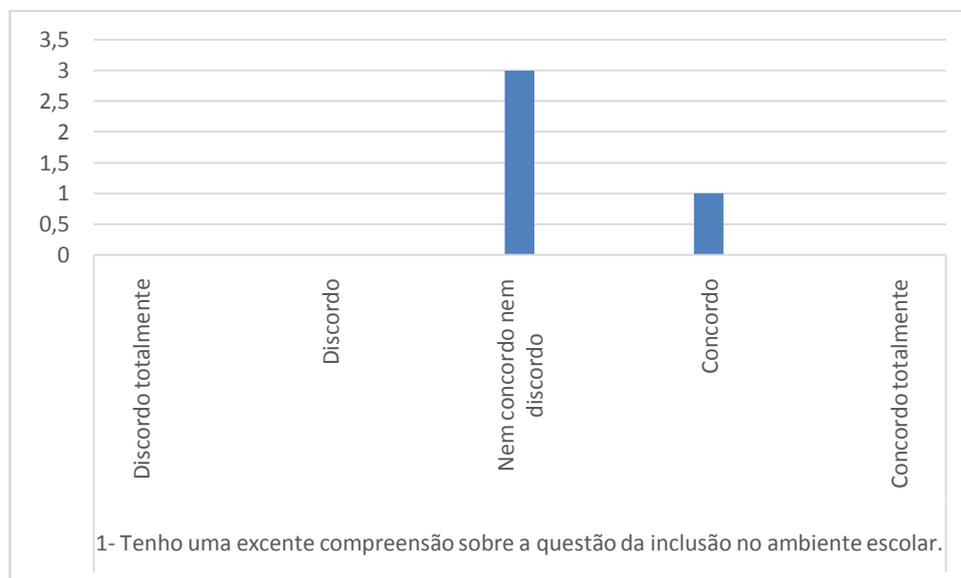
Segundo dados extraídos do gráfico 6, nota-se que 2 pais *sempre* têm o compromisso de acompanhar seus filhos na sala de recursos, sabe que deve facilitar e oportunizar a utilização dos recursos disponíveis enquanto 2 pais *nunca* se importam em saber quais são as ferramentas utilizadas, não percebem que novos conhecimentos é um fator de processo na formação cultural que o mesmo compromisso que deve assumir o professor passa a ser necessário para os pais podendo assim alcançar conhecimentos e exigências para orientação e exigências que a vida pode propor futuramente. Observa-se que o *raramente*, *alguma vez* e *quase sempre*, não foram mencionados, percebendo-se que ou os pais são totalmente presentes ou ausentes.

Após abordagem aos pais sobre a oportunidade da escola oferecer uma sala de recursos multifuncionais com tecnologias assistivas 2 pais colocaram que independente do recurso tecnológico, o professor é o sujeito capaz de mediar o aprendizado e torná-lo mais atrativo e cabe aos pais promoverem condições de assegurar que essa aprendizagem se perdue em casa enquanto 2 pais não têm opinião formada a respeito das salas, além de desconhecerem o espaço.

Os dados a seguir foram coletados com os **docentes** da unidade.

No gráfico 7 são apresentados os dados dos docentes sobre a visão deles na compreensão da questão da inclusão no ambiente escolar.

Gráfico 7: Visão dos docentes sobre a sua compreensão quanto a questão da inclusão no ambiente escolar.

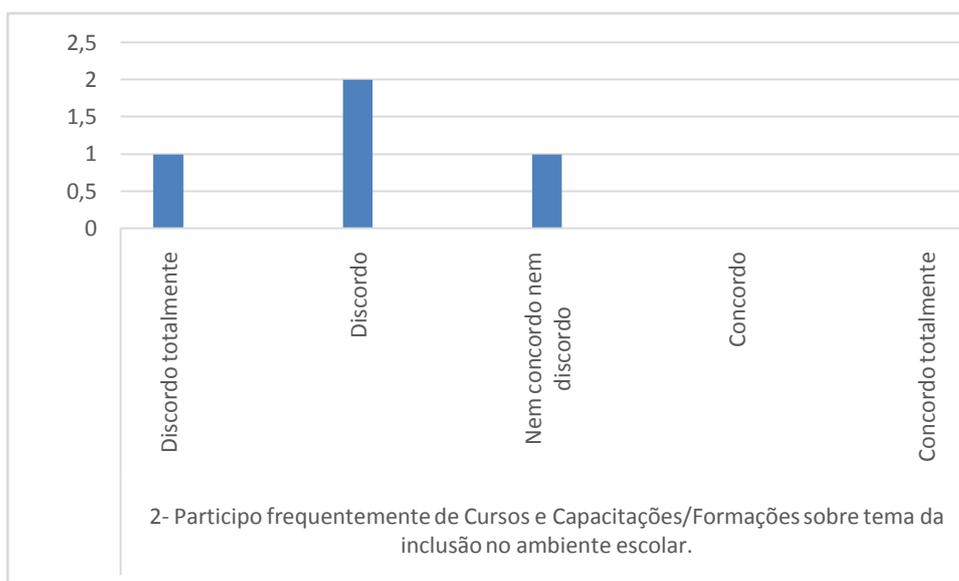


Fonte: Dados extraído do questionário

Consoante aos dados do gráfico 7, verifica-se que 1 docente *concorda* e diz ter conhecimento e discernimento sobre os benefícios realizados através das tecnologias assistivas na educação. Contudo, 3 docentes *Nem concorda nem discorda*, que para aplicabilidade de tais recursos deve-se aliar métodos e metodologia na busca do ensino interativo. Observa-se que o *discordo totalmente*, *discordo* e *concordo totalmente* não foram citados, conclui-se que esses docentes demonstram indiferença quanto à compreensão da inclusão no ambiente escolar.

O gráfico 8 a seguir, demonstra a participação dos docentes em cursos de formação continuada sobre a temática da inclusão.

Gráfico 8: Participação dos docentes em cursos de formação continuada sobre a temática da inclusão.

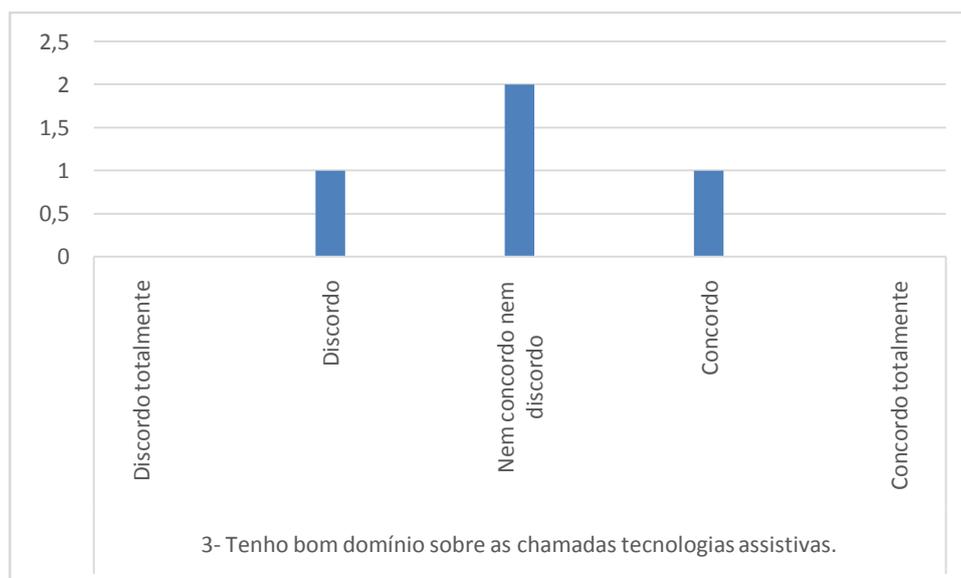


Fonte: Dados extraído do questionário

Diante do exposto no gráfico 8, 1 docente *discorda totalmente*, pois não teve capacitação ou formação para uso das TIC's, ou ainda se orientado, não foi suficiente para a construção de saberes teóricos e práticos. Dois docentes *discordam*, o que revela que se mostram contrários diante da oportunidade, disponibilidade e adesão aos cursos de formação continuada sobre inclusão e 1 docente *não concordo nem discordo*, mostrando-se indiferente.

No gráfico 9 serão apresentados os dados sobre o domínio dos docentes em relação ao uso das T.A.

Gráfico 9: Domínio do docente quanto a utilização das TA.



Fonte: Dados extraído do questionário

Pode-se observar através do gráfico 9 que 1 docente *discorda* que possui domínio sobre as TA, o que evidencia fato de que a TA ainda não é uma prática pedagógica comum na escola. 2 docentes *nem concordam nem*, e, mais uma vez revelam indiferença em ter ou não domínio em relação as TA. E por fim, 1 docente *concorda* dizendo possuir domínio das TA. O que demonstra que ele percebe que com o uso das TA oferecidas nas Salas de Recursos, o docente tende a garantir ganhos reais para a prática pedagógica devendo se adaptar as novas ferramentas.

O gráfico 10 a seguir exprime a aptidão do docente quanto a sentir-se preparado para trabalhar com as TA no atendimento especializado com crianças.

Gráfico 10: Aptidão do docente quanto a sentir-se preparado para trabalhar com TA no atendimento especializado com crianças.

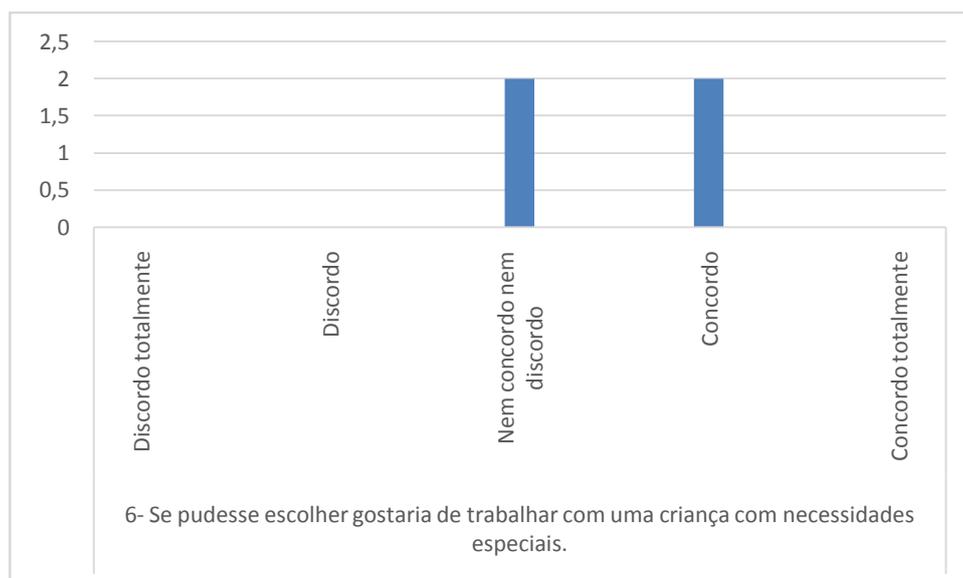


Fonte: Dados extraído do questionário

Levando-se em consideração os resultados obtidos no gráfico 10, vê-se que na totalidade dos docentes, 2 disseram *discordar* e 2 manifestaram a *total discordância* em sentirem-se preparados para trabalhar com as TA no atendimento especializado com crianças. Estes dados evidenciam que há a necessidade de uma nova estruturação pedagógica quanto ao uso adequado das TA na escola, pois as TA estão disponíveis e não são utilizadas. Ações pedagógicas devem ser revistas e reestruturadas de forma que haja mais preparação por parte do docente para sua aplicabilidade. *Concordo, não concordo nem discordo e Concordo totalmente* não foram citados pelos docentes, o que corrobora na tradução de que é necessário investir em formação continuada dos docentes, pois mesmo havendo investimento por parte dos governantes na aquisição de TA, isso não basta. Precisamos de material humano devidamente preparado para dar suporte ao educando com necessidades especiais.

O gráfico 11 demonstra o desejo dos docentes em trabalhar com crianças com necessidades especiais.

Gráfico 11: Desejo dos docentes em trabalhar com crianças com necessidades especiais.

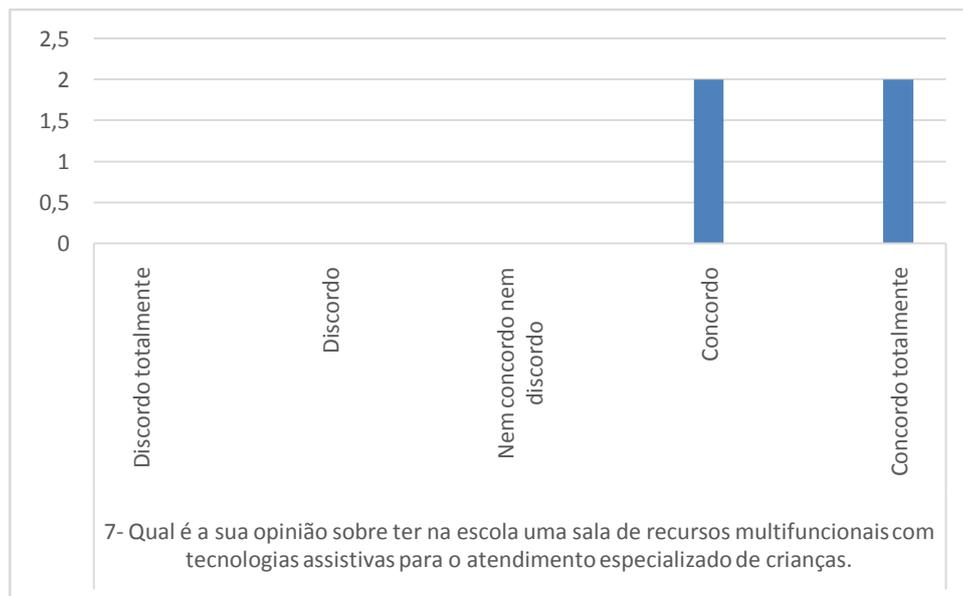


Fonte: Dados extraído do questionário

Diante dos dados apresentados no gráfico 11, constata-se que 2 docentes *nem concordo nem discordo* em trabalharem com crianças com necessidades especiais, percebe-se que a indiferença é considerada o maior desafio a ser superado quando falamos de inclusão. Entretanto 2 docentes dizem *Concordarem*, e, se pudessem escolher gostariam de trabalhar com crianças com necessidades especiais o que pode revelar que eles se propõem em vencerem as dificuldades e barreiras que a temática da inclusão impõem-se como desafiadora e inquietante. *Discordo totalmente e concordo totalmente* não foram mencionados.

O gráfico 12 manifesta a opinião dos docentes quanto a ter na escola uma sala de recursos multifuncionais com TA para atendimento especializado de crianças.

Gráfico 12: A opinião dos docente quanto ter na escola uma sala de recursos multifuncionais com TA para o atendimento especializado de crianças.



Fonte: Dados extraído do questionário

Podemos concluir que diante do gráfico 12 que os docentes consideram importante ter na escola uma sala de recursos multifuncionais com TA para o atendimento especializado de crianças, pois 2 docentes disseram *concordarem* e 2 disseram *concordarem totalmente*. Revelam que têm em comum a ideia que num mundo dominado pela tecnologia, os recursos tecnológicos podem e devem auxiliá-los no processo de ensino-aprendizagem dos alunos e que as TA na Educação Especial é um direito básico das crianças com necessidades especiais.

Desta forma, terminada a apresentação dos dados referentes aos pais e docentes, segue a entrevista sistematizada realizada com a diretora da escola.

Figura 1: Entrevista sistematizada com a diretora da escola sobre inclusão, sala de recursos multifuncionais com TA e AEE.

1. Em nossa unidade escolar priorizamos o trabalho respeitando as diferenças. Acreditamos que a escola deve ser justa e que dê oportunidade a todos.
2. A inclusão é acolher todas pessoas, sem exceção. Temos o professor que é responsável pelo AEE, que faz trabalho no contra turno com os alunos, geralmente esse atendimento é individual. Este profissional faz contatos com familiares e profissionais quando necessário. Em nossa equipe a grande maioria dos profissionais ainda precisa aprimorar a prática com os alunos com deficiência. Procurando trabalhar com o aluno, desafios possíveis a serem superados.
3. Nos ambientes que são necessárias as adaptações temos as mesmas, como banheiros e rampas, para a nossa clientela com deficiência as adaptações estão de acordo.
4. Para a professora que atua com AEE, o mesmo recebe capacitações e treinamentos para trabalhar com tecnologias assistidas. Já os demais recebem treinamento para trabalhar com as tecnologias comuns, através do PROINFO.
5. A tecnologia assistiva em nossa escola é ampla, com serviços, estratégias e práticas concebidas para amenizar os problemas e desafios encontrados pelos indivíduos com deficiências.
6. Quando realizamos a matrícula dos alunos, conversamos com os pais, para termos conhecimento sobre a criança ter alguma deficiência. Assim podemos organizar as particularidades, e atende de forma que os direitos sejam respeitados.
7. As tecnologias assistivas são utilizadas pela professora que atua na sala de recurso. Os demais utilizam esporadicamente.
8. Penso que a criança com deficiência estando inserido no ensino regular é baseada na perspectiva da educação para todos, sendo necessário acontecer as adaptações para que o aluno com deficiência respeitado com as suas necessidades. Lembrando que a criança com deficiência, se tiver necessidade de atendimento na área da saúde (fisioterapia, fonoaudiologia, psicólogo, etc) a família deve buscar os atendimentos, para que o aluno tenha condições de superar as suas dificuldades. Quanto ao trabalho da APAE com pessoas com deficiência em nosso município é um trabalho que tem boa qualidade. Sabemos que muito temos a avançar enquanto ensino regular em prol dos alunos com deficiência, porém muitos avanços já foram concretizados

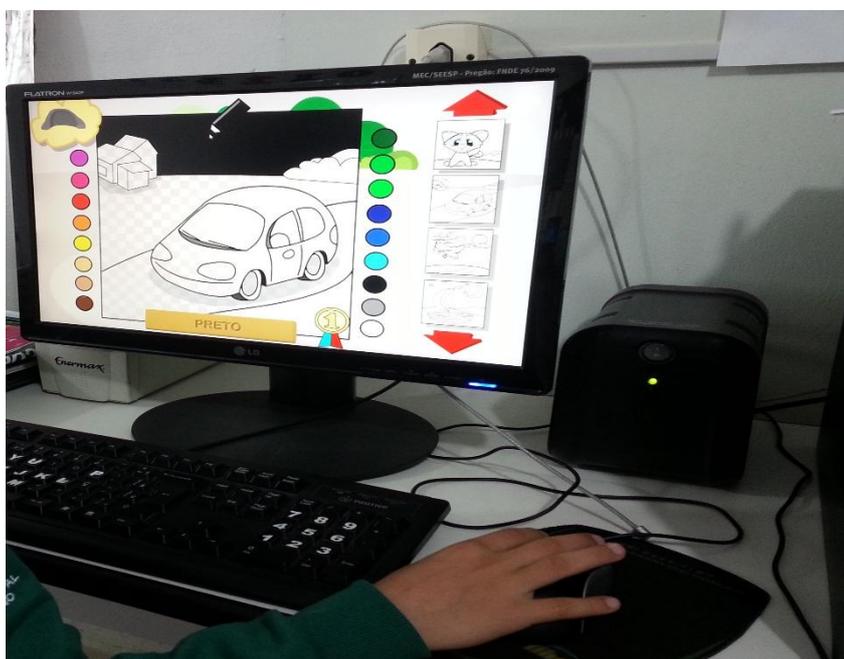
De acordo com a figura 1, podemos observar que a diretora da unidade escolar EBM “Presidente Castelo Branco” , percebe que a equipe de docentes necessitam de aprendizado tecnológico, constata que nos dias de hoje são vistos como bens necessários, fazem parte do ensino/aprendizagem dentro e fora da escola, sua empregabilidade nas metodologias didáticas, o domínio da cultura digital torna-se fundamental, haja visto a realidade onde nossos alunos já nascem numa era digital e é impossível fechar-se a estes acontecimentos.

Figura 2: Alunos utilizando a sala de recursos



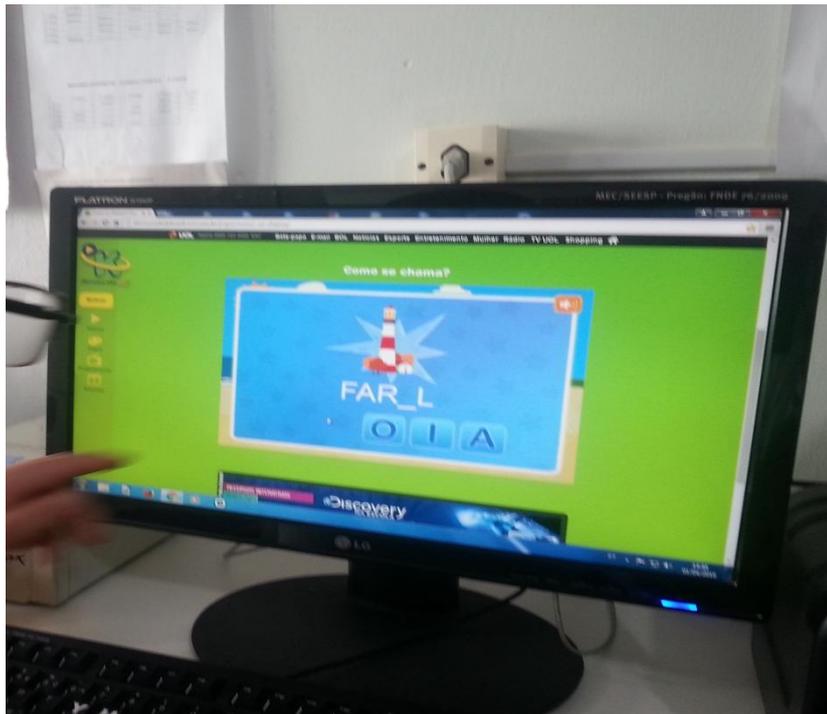
Fonte: o próprio autor

Figura 3: Aluno utilizando o computador na sala do AEE



Fonte: o próprio autor

Figura 4: Atividade desenvolvida



Fonte: o próprio autor

Figura 5: Utilizando sites educacionais para alfabetização



Fonte: o próprio autor

Figura 6: Mesa interativa da sala de recursos



Fonte: o próprio autor

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Ela questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo com isso, identidades e diferenças, inserção e ou exclusão.

O poder institucional que preside a produção das identidades e das diferenças define como normais e especiais não apenas os alunos, como também as suas escolas. Os alunos das escolas comuns são vistos como normais e positivamente valorados. Os alunos das escolas especiais são os negativamente concebidos e diferenciados.

Existem registros históricos que revelam que os deficientes eram tratados de forma inacreditável: “Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos: mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós a afogamos: não se trata de ódio, mas dá razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.” (Sêneca, Sobre a Ira, I, XV)[2].

A educação inclusiva questiona a artificialidade das identidades normais e entende as diferenças como resultantes da multiplicidade, e não da diversidade, como comumente se proclama. Trata-se de uma educação que garante o direito à diferença e não à diversidade, pois assegurar o direito à diversidade é seguir reafirmando o idêntico.

A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas.

O sentido includente das escolas, reúnem, em seus espaços educacionais, os alunos tais quais eles são: únicos, singulares, mutantes, compreendendo-os como pessoas que diferem umas das outras, que não conseguimos conter em conjuntos definidos por um único atributo, o qual elegemos para diferenciá-las.

Não é fácil e imediata a adoção dessas práticas, elas dependem de mudanças que vão além da escola e da sala de aula, para que possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a definição e aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

A necessidade de formação dos professores para educação inclusiva e a falta de preparo para assumir a responsabilidade de promover a aprendizagem e participação de alunos com necessidades educacionais especiais, já foi estudada por diversos autores como Martins (2006), Vitaliano (2007), Hummel (2007), Beyer (2003). Tais autores, constataram as dificuldades e falta de preparo dos professores para promover a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais e enfatizaram a necessidade da formação continuada para atender à diversidade das experiências e demandas dos estudantes em sala de aula. Na prática, encontramos ainda professores despreparados para essa realidade e com falta de uma rede de apoio para desenvolver o seu trabalho com qualidade.

A fim de contribuir para a construção do trabalho multidisciplinar no campo da inclusão escolar de crianças com deficiências, procurou-se conhecer, do ponto de vista de professores de ensino fundamental de escolas públicas municipais, quais as estratégias pedagógicas que utilizam em seu trabalho docente.

Entendemos que, na perspectiva da educação inclusiva, uma classe heterogênea com crianças com e sem deficiências pode ser vista como um estímulo, que provoca a adoção de estratégias destinadas a criar um ambiente educativo mais rico para todos, ou seja, as mudanças metodológicas e organizativas passam a responder aos alunos que apresentam dificuldades, porém podem beneficiar todos os alunos da sala de aula. A criação de um ambiente educativo rico também está relacionada ao espaço que é destinado à formação continuada dos professores no sentido de apoiar seu trabalho cotidiano em sala de aula.

No entanto, a heterogeneidade dos alunos também pode causar angústia no professor que, muitas vezes, sente-se inseguro e impotente para desenvolver seu trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. **Projeto Escola Viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2000. 96 pp.

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2001. 79 pp.

BRASIL. **O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino. Aspectos jurídicos**. Brasília: Ministério Público Federal, 2003.

BEYER, H. O. **A educação inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação**. *Cadernos de Educação Especial*. Santa Maria, n.22, p.5, 2003. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2003/02/a3.htm>>. Acesso em: junho de 2016.

COLLUCCI, Claudia. **Cresce a inclusão escolar de deficientes**. Disponível em: <<http://www.pedagogobrasil.com.br/educacaoespecial/cresceainclusao.htm/>>. Acesso em: 31 mai.2016

Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

Índice Fundamental do Direito. Emendas Constitucionais. Disponível em: <http://www.dji.com.br/constituicao/federal/ec059.htm> acesso em 10 de julho de 2016.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2016.

Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. (PCN)**: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília MEC/SEF.

SHAKESPEARE, Rosemary. **Psicologia do deficiente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 165 pp.

SILVA, Wanderlei Sérgio da. **Estrutura e funcionamento educação básica**. São Paulo: Editora Sol, 2011. 104p.
SOUZA, Flávia Danieli de; RIBEIRO, Mônica Cintrão França; BRAUSTEIN, Valéria Campinas. **Educação Inclusiva**. São Paulo: Editora Sol, 2013.

UNIVERSIDADE CATOLICA DE BRASILIA. Revista Digital. **Educação Física Inclusiva numa perspectiva e múltiplas inteligências**. Ano 8, nº 49, jun.2002.

Anexo 1: Cópia do Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido assinado pela diretora da unidade.

Apêndice 1: Cópia do Instrumento de coleta de dados (questionário) aplicado com os pais.

Prezado(s) pais ou responsáveis

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como finalidade investigar a questão das **TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO)**.

Você tem a liberdade de recusar a sua participação, mas ao participar estará colaborando com a comunidade científica sobre a temática em questão.

Você estará participando da coleta de dados e irá expressar por meio de um questionário, qual a sua opinião sobre as tecnologias assistivas na sala de recursos multifuncionais.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados.

Contamos com a sua valiosa participação!

QUESTIONÁRIO

1 Identificação:

Nome (Só as iniciais): _____

Sexo: () masculino () feminino.

Idade: _____

Escolaridade: _____

2 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

1. Você percebeu que o aprendizado de seu filho(a) melhorou, a partir do momento em que ele começou a usar a Sala de Recursos?

NUNCA	RARAMENTE	ALGUMA VEZ	QUASE SEMPRE	SEMPRE

2. Seu filho tem contato com as tecnologias fora da escola?

NUNCA	RARAMENTE	ALGUMA VEZ	QUASE SEMPRE	SEMPRE

3. Escreva nas linhas a seguir quais tecnologias seu filho tem contato fora da escola.

5. Ao término das aulas na sala de recursos multifuncionais, há alguma demonstração, por parte do(a) filho(a), de satisfação por ter utilizado tal assistência?

NUNCA	RARAMENTE	ALGUMA VEZ	QUASE SEMPRE	SEMPRE

6. Você percebe que os professores demonstram formação adequada para lidar com seu filho na sala de recursos multifuncionais?

NUNCA	RARAMENTE	ALGUMA VEZ	QUASE SEMPRE	SEMPRE

7. Você conhece a sala de recursos multifuncionais que seu filho utiliza na escola?

NUNCA	RARAMENTE	ALGUMA VEZ	QUASE SEMPRE	SEMPRE

8. Qual é a sua opinião sobre ter na escola uma sala de recursos multifuncionais com tecnologias assistivas para o atendimento especializado de crianças?

Apêndice 2: Cópia do Instrumento de coleta de dados (questionário) aplicado com os docentes.

Prezado(a) docente

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como finalidade investigar a questão das **TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO)**.

Você tem a liberdade de recusar a sua participação, mas ao participar estará colaborando com a comunidade científica sobre a temática em questão.

Você estará participando da coleta de dados e irá expressar por meio de um questionário, qual a sua opinião sobre as tecnologias assistivas na sala de recursos multifuncionais.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados.

Contamos com a sua valiosa participação!

QUESTIONÁRIO

1. Identificação:

Nome (Só as iniciais): _____

Sexo: () masculino () feminino.

Idade: _____

Ano e Disciplina que leciona: _____

Tempo de magistério: _____

2. TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO)

1. Tenho uma excelente compreensão sobre a questão da inclusão no ambiente escolar.

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

5. Sinto-me preparado para trabalhar com as tecnologias assistivas no atendimento especializado com crianças.

Discordo totalmente Discordo Nem concordo nem discordo Concordo Concordo totalmente

6. Se pudesse escolher gostaria de trabalhar com uma criança com necessidades especiais.

Discordo totalmente Discordo Nem concordo nem discordo Concordo Concordo totalmente

7. Qual é a sua opinião sobre ter na escola uma sala de recursos multifuncionais com tecnologias assistivas para o atendimento especializado de crianças?

Apêndice 3: Cópia do instrumento de coleta de dados (entrevista estruturada) aplicado com a diretora.

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Senhor (a) Diretor (a)

Este questionário destina-se para elaboração de Trabalho de Curso
Questionário de pesquisa de dados para elaboração TCC (Trabalho Conclusão de
Curso)

**Tema: TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS NO AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO)**

- 1- De que maneira a inclusão está sendo trabalhada em sua escola?
- 2- Sua escola está realmente preparada para atender crianças com necessidades especiais?
- 3- Existem adaptações que precisam ser feitas na escola para atender melhor as crianças com necessidades especiais?
- 4- Há programação de cursos e treinamentos sobre inclusão e tecnologias assistivas, para aperfeiçoamento dos profissionais da escola?
- 5- Quais são as tecnologias assistivas que a escola oferece aos seus alunos nas salas de recursos multifuncionais no AEE?
- 6- É feito levantamento junto à comunidade, para verificar se há crianças portadoras de necessidades especiais não matriculadas nesta escola?
- 7- Em sua opinião, como os professores que atuam com as crianças especiais se organizam para o trabalho pedagógico, utilizando as tecnologias assistivas nas salas de recursos multifuncionais?
- 8- Em sua opinião, a inclusão de crianças com necessidades especiais na rede de educação está favorecendo mais estas crianças, ou estas estariam melhor amparadas na APAE.

Muito obrigada pela participação nesta pesquisa!